

## Fundamentação

O Mandado de Segurança é um remédio constitucional, ou seja, deve ser utilizado para assegurar o cumprimento de direitos garantidos na Constituição. Cabe dizer que o objetivo de mandado de segurança é promover a **garantia de direitos líquidos e certos**. Eles podem ser pleiteados por mandado de segurança **quando transgredidos por autoridade pública ou pessoa jurídica que pratique atividade pública**. A transgressão destes direitos deve ter ocorrido com **ilegalidade ou abuso de poder**.

### Para que?

Pleitear direito líquido e certo

### Por quem?

Transgredidos por autoridade pública ou pessoa jurídica no exercício das atribuições do Poder Público

### Como?

Por ilegalidade ou abuso de poder

O Mandado de Segurança tem **caráter residual**, ou seja, é utilizado quando não for possível pleitear o direito via outro remédio constitucional (como *habeas corpus* e *habeas data*).

## Previsão legislativa

### Art. 5º, CF [...]

*LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;*

O Mandado de Segurança é regulado por lei específica: **Lei nº 12.016/09**.

**Art. 1º** Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

## Natureza Civil

O Mandado de Segurança protegerá o direito líquido e certo independentemente do âmbito em que foi transgredido (judicial ou administrativo). Cumpre destacar que, por ter natureza civil, não questiona/apura a hipótese de o ato constituir crime ou não, tampouco atribui indenização a quem sofreu lesão ao direito.

O **objetivo do Mandado de Segurança**, então, é somente de **invalidar atos** de autoridade ou **suprimir efeitos** da omissão administrativa que causem lesão a direito líquido e certo, por ilegalidade ou abuso de poder.

### Exemplo 1

João deseja fechar a sua empresa. A documentação e pagamento de tributos estão em dia, não havendo qualquer irregularidade ou óbice ao fechamento. Ao comparecer ao órgão competente para promover a extinção, referido órgão denegou o pedido sem justificativas legais, obrigando João a manter a empresa ativa.

João pode impetrar Mandado de Segurança requerendo que seu direito **líquido e certo** (de fechar a sua empresa quando quiser) seja protegido. Isto porque, ao denegar o fechamento, a **autoridade** competente agiu com **ilegalidade/abuso de poder** (uma vez cumpridos os necessários requisitos, não há que se falar em discricionariedade do Poder Público em manter a empresa privada aberta).

### Exemplo 2

Maria fez curso de Direito em uma universidade privada. Ao concluir o curso, tendo cumprido todas as matérias da grade curricular e aprovada em seu trabalho de conclusão, a Universidade se negou a expedição de seu diploma.

Desta feita, Maria pode impetrar Mandado de Segurança requerendo a efetivação do seu direito líquido e certo de ter diploma expedido, pois a autoridade (neste caso, pessoa jurídica de direito privado exercendo atividade do Poder Público – educação) agiu com ilegalidade/abuso de poder ao negar injustamente a expedição do diploma à aluna.

## Requisitos do Mandado de Segurança

**Direito líquido e certo:** aquele que pode ser demonstrado mediante prova pré-constituída, sem necessidade de dilação probatória.

- Não há instrução probatória no procedimento do Mandado de Segurança. Se ele só remedia inobservância de direito líquido e certo, direito líquido é aquele auferível, e certo é aquele sobre o qual já se tem certeza.

**Ilegalidade ou abuso de poder:** ato administrativo **vinculado ou discricionário**, perpetrado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de função pública.

## Legitimidade Ativa

Será daquele que demonstrar ser **titular do direito** líquido e certo transgredido (o qual não pode ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*).

- Pessoa física (brasileira ou estrangeira);
- Pessoa jurídica (pública ou privada);
- Órgãos públicos despersonalizados, mas com capacidade processual (mesas do Legislativo, chefias do Executivo, etc.);
- Universalidade de bens (espólio, herança, massa falida, condomínio);
- Ministério Público.

#### Art. 1º [...]

*§3º Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.*

Este caso não se confunde com o mandado de segurança coletivo (art. 21 da Lei nº 12.016/09).

## Legitimidade Passiva

Deve figurar no polo passivo do Mandado de Segurança a **autoridade ou agente de pessoa jurídica** que agiu com ilegalidade ou abuso de poder.

#### Art. 6º [...]

*§3º Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.*

#### Art. 1º [...]

*§1º Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.*

## Competência

A competência para julgamento do Mandado de Segurança depende da autoridade coatora.

| Competência                  | Dispositivo Legal                       | Hipóteses   |
|------------------------------|---|---|
| Supremo Tribunal Federal     | Art. 102, I, d, da Constituição Federal | Atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal. |
| Superior Tribunal de Justiça | Art. 105, I, b, da Constituição Federal | Atos de Ministros de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Superior Tribunal de Justiça.   |
| Tribunal Regional Federal    | Art. 108, I, c, da Constituição Federal | Ato de Juiz Federal ou do próprio Tribunal Regional Federal.  |
| Juiz Federal                 | Art. 109, VIII da Constituição Federal  | Atos de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais.  |
| Tribunais                    | Súmula 41/STJ e Súmula 624/STF          | Atos dos próprios Tribunais.  |

**Súmula 41/STJ.** *O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.*

**Súmula 624/STF.** *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.*

**Se a autoridade coatora for Estadual ou Municipal:** a competência dependerá da Constituição do Estado. Caso a prova não descreva a disposição da constituição do Estado, usa-se a **simetria constitucional**: dever de se buscar a similaridade nos modelos normativos dos estados com o constitucionalmente estabelecido para a União.

**Se o ato ilegal for emanado por Governador, órgãos Estaduais:** competência do Tribunal de Justiça.

**Se o ato ilegal for emanado por Prefeito, órgãos Municipais:** competência da Vara Cível ou Vara da Fazenda Pública.

**Se a autoridade coatora for Federal:** competência das Varas Federais/juízes federais.

**Art. 2º** Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada. Lei 12.016/09

## Procedimento

### Petição Inicial

Deve preencher os requisitos descritos no art. 319 do Código de Processo Civil:

**Art. 319.** *A petição inicial indicará:*

*I - o juízo a que é dirigida;*

*II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;*

*III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;*

*IV - o pedido com as suas especificações;*

*V - o valor da causa;*

*VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;*

*VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.*

Deve indicar o órgão e a pessoa jurídica a ele vinculada. Exemplo: Presidente da República -> União Federal.

Caso o direito líquido e certo possa ser provado apenas por documento que está em posse de autoridade ou de terceiro, se este se recusar a fornecer o documento, o juiz requisitará sua exibição em 10 dias.

Se a autoridade que estiver negando o fornecimento do documento for a própria autoridade coatora (autoridade do polo passivo do Mandado de Segurança), o juiz fará a requisição na notificação (citação).

**Art. 6º**

§1º No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará, para o cumprimento da ordem, o prazo de 10 (dez) dias. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição. Lei 12.016/09.

§2º Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. Lei 12.016/09.

## Medida Cautelar

É possível requerer **medida cautelar** no Mandado de Segurança.

**Requisitos:** **fumus boni iuris**: plausibilidade do direito; **periculum in mora** (perigo na demora): possibilidade de que a medida torne-se ineficaz se for atendida apenas ao final do processo.

**Art. 7º** Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: [...]

*III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica. Lei 12.016/09.*

Se a liminar for concedida e, conseqüentemente, o ato impugnado for suspenso, as autoridades devem ser avisadas dentro de 48 horas sobre a suspensão.

**Art. 9º** As autoridades administrativas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação da medida liminar, remeterão ao Ministério ou órgão a que se acham subordinadas e ao Advogado-Geral da União ou a quem tiver a representação judicial da União, do Estado, do Município ou da entidade apontada como coatora cópia autenticada do mandado notificatório, assim como indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.\*

**Hipótese de não concessão de liminar:** o art. 7º, §2º da Lei nº 12.016/09, bem como o art. 22, §2º, foram considerados inconstitucionais pelo STF no julgamento da ADI nº 4296. (Fonte: <https://www.11law.com.br/post/stf-declara-inconstitucionais-artigos-da-lei-12016-09-que-limitavam-concess%C3%A3o-de-liminar>)

O **pedido** na petição do Mandado de Segurança deve destrinchar o **art. 7º da Lei nº 12.016/09**, requerendo:

1. Notificação da autoridade coatora para prestar informações em 10 dias;
2. Seja dada ciência do feito ao órgão de representação judicial da autoridade coatora, para que ingresse no feito;
3. Suspensão do ato coator, caso seja relevante requerer a liminar;
  - Se concedida liminar, que se cumpram as determinações do **art. 9º** (aviso em 48 horas).
4. Intimação do Ministério Público para opinar em 10 dias (**art. 12**);
5. Exibição de documento, se autoridade se negar a fornecer (**art. 6º, §§1º e 2º**);
6. Concessão definitiva da segurança para anular o ato coator e proteger definitivamente o direito líquido e certo transgredido.

## Apontamentos finais

- Prazo decadencial de 120 dias para impetrar o Mandado de Segurança, contados da ciência do interessado sobre o ato;
- Contra decisão que negar ou deferir o pedido liminar, cabe recurso de **agravo de instrumento** (**art. 7º, §1º**);
- Da decisão que indeferir a petição inicial, denegar ou conceder a segurança (sentença), cabe recurso de **apelação** (**art. 14**).